

**GUIA DE  
BOAS  
PRÁTICAS**

**CUIDAR  
ALENTEJO**

Guia resultante do trabalho realizado no evento

# CUIDAR ALENTEJO

## ORGANIZAÇÃO



**O SOBREIRO**  
Associação de Proteção  
Social à População de  
Cortiçadas de Lavre

## COM APOIO DE



## NO ÂMBITO DO PROJETO



**ATIVAR  
MONTEMOR** | **CLDS 4G**

## ÍNDICE

PREFÁCIO .....	4
INTRODUÇÃO .....	6
O PROGRAMA CLDS-4G .....	7
O PROJETO “CLDS-4G ATIVAR MONTEMOR” .....	9
O EVENTO “CUIDAR ALENTEJO” .....	11
MESA 1 – CUIDADORES – 19 ABRIL 2023 (9h30 – 13h00) .....	12
MESA 2 – VOLUNTÁRIOS – 19 ABRIL 2023 (14h00 – 17h30).....	21
MESA 3 – VÍTIMAS – 20 ABRIL 2023 (9h30 – 13h00) .....	27
FICHA TÉCNICA.....	35

## PREFÁCIO

A Organização Mundial de Saúde – OMS – define o conceito de **envelhecimento ativo** como o “*processo de otimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem, bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, que contribui para o bem-estar das pessoas idosas, sendo a capacidade funcional o resultado da interação das capacidades intrínsecas da pessoa (físicas e mentais) com o meio*” (World Health Organization, 2015).

O envelhecimento é uma conquista! Quer para cada um de nós, quer para a sociedade; é de facto um dos maiores triunfos da humanidade, mas é também um dos seus maiores desafios. Cabe-nos desmistificá-lo e em conjunto redefinir necessidades, respostas, prioridades e uma intervenção adequada a esta nova realidade.

O projeto Ativar Montemor promoveu um processo de otimização de oportunidades ao nível da autonomia e qualidade de vida da população idosa, combateu o isolamento e a solidão, delineou atividades que contribuíram para a manutenção da capacidade cognitiva dos idosos, de forma a melhorar a qualidade de vida desta faixa etária favorecendo a permanência das pessoas no seu domicílio, no meio familiar e social, privilegiando a sua inserção comunitária e social.

Muitas foram as atividades desenvolvidas pelos seus técnicos, contando com o apoio de parceiros, voluntários, cuidadores formais e informais. Tive o privilégio de acompanhar algumas! Senti a alegria de muitos idosos no contacto com os meninos dos JI e das Escolas...nos Encontros Intergeracionais; vi como se sentiram úteis, ensinando os mais novos, “contando” e “cantando-lhes” as suas histórias e modas!

O envelhecimento ativo tem significativa influência na qualidade de vida dos idosos. Assim, é imprescindível que o envelhecimento seja encarado como uma etapa ativa do ciclo de vida e não apenas como uma etapa marcada pelo declínio funcional.

É importante alterar os estereótipos relativos ao envelhecimento e reconhecer a velhice como uma etapa natural, onde existem novas oportunidades e descobertas.

O projeto CLDS 4G pensou o envelhecimento ativo nas suas diferentes dinâmicas e variáveis, pensou o tema nas diferentes dimensões. Pensou-o na interação direta, através de uma participação contínua em atividades sociais, económicas, culturais, desportivas,

cívicas; realizou uma abordagem que se refletiu na qualidade de vida das pessoas idosas, garantindo a realização plena da sua dignidade, mas também quis refletir sobre o tema, quis ouvir os envolvidos, quis pensar em conjunto uma intervenção mais assertiva e colaborativa.

No evento **Cuidar Alentejo, no âmbito do Projeto Ativar Montemor – CLDS 4G** discutiram-se problemáticas relacionadas com a Promoção do Envelhecimento Ativo e o Apoio à População Idosa. É de suma importância, no atual contexto, pensar adaptações e respostas. O debate fomentado entre os profissionais, técnicos e voluntários presentes nos diferentes grupos de trabalho: os cuidadores (formais e informais), os voluntários (preparação e ação), as vítimas (prevenir e cuidar) contribuíram para a criação de linhas orientadoras que se compilaram neste **Guia de Boas Práticas**, ajudando assim a contribuir para a criação de territórios mais coesos, capazes e inclusivos!

A aposta em medidas proativas destinadas à população mais idosa pode ajudar na prevenção, ajudar a esbater dificuldades, dar a conhecer práticas e soluções encontradas pelas entidades que intervêm junto da população idosa do concelho de Montemor-o-Novo, promovendo assim territórios amigos da longevidade!

Num contexto demográfico particularmente desafiante, com a população do concelho envelhecida e a necessitar de cuidados e de acesso a serviços, é necessário reorganizar estratégias e desenvolver ações individuais e conjuntas, envolvendo os diferentes parceiros, de forma a pensar o futuro com qualidade.

Bem hajam pela iniciativa!

Silvia Santos – Vereadora da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

## INTRODUÇÃO

Este Guia de Boas Práticas resulta da recolha de opiniões de profissionais, técnicos, gestores de projeto, coordenadores de respostas sociais, voluntários e outros membros da comunidade, oriundos de diferentes áreas e locais de intervenção no Alentejo, no encontro “Cuidar Alentejo”, onde se fez a discussão de problemáticas e práticas relacionadas com o Eixo 3 do CLDS-4G, “Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa”.

A ideia foi fazer um debate participado e transversal sobre temas relacionados com a velhice: os cuidadores (formais e informais), os voluntários (preparação e ação) e as vítimas (prevenir e cuidar). Cada tema foi debatido por todos, em torno de mesas redondas, com moderadores que orientaram o trabalho de cada mesa e compilaram as opiniões destes profissionais, contribuindo todos, desta forma, para a criação de linhas orientadoras para uma ação mais concertada e coerente nesta matéria, no Alentejo.

## O PROGRAMA CLDS-4G<sup>1</sup>

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 4G (CLDS-4G) tem como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

### Enquadramento

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, criado em 2007, verificou ao longo do tempo alterações várias ao modelo inicial, mantendo, todavia, uma matriz comum de objetivos centrada na promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis. Mantendo as características essenciais do perfil de intervenção referidas, a Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto introduz ajustamentos ao modelo que espelham, fundamentalmente, o seguinte:

- Uma seleção dos territórios de intervenção centrada em indicadores de fragilidade social;
- A criação de diferentes níveis de financiamento, valorizando o grau de fragilidade social identificado no território e a sua interioridade;
- O alargamento do leque de agentes responsáveis pelo desenvolvimento das atividades nos territórios de intervenção dos projetos, através da reintrodução das Câmaras Municipais no universo das entidades que promovem os CLDS;
- O reforço da relação entre a tipologia dos territórios selecionados e os eixos de intervenção nos quais se organizam as atividades a desenvolver pelos projetos.

Desta forma, pretende-se que o Programa CLDS continue a constituir um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria, garantindo, em simultâneo, a valorização do papel das Câmaras Municipais nesta intervenção, dadas as suas especiais responsabilidades ao nível

<sup>1</sup>Texto adaptado. Em [https://www.seg-social.pt/contratos-locais-de-desenvolvimento-social-4g-clds-4g-\(02-06-2023\)](https://www.seg-social.pt/contratos-locais-de-desenvolvimento-social-4g-clds-4g-(02-06-2023))

concelhio, nomeadamente em matérias de planeamento, bem como a sua particular capacidade para congregar os agentes e os recursos locais.

### **Âmbito territorial**

O Programa CLDS-4G aplica-se ao território de Portugal continental, podendo abranger um território de dimensão concelhia ou infra concelhia e assumindo os seguintes perfis:

- a. Territórios especialmente afetados por desemprego;
- b. Territórios com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil;
- c. Territórios envelhecidos,
- d. Territórios fortemente atingidos por calamidades.

### **Ações elegíveis**

As operações têm a duração de 36 meses e as ações a desenvolver pelos CLDS-4G integram os seguintes eixos de intervenção:

- a) Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
- b) Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
- c) Eixo 3: Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa;
- d) Eixo 4: Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

### **Financiamento**

O Programa CLDS-4G é financiado por fundos estruturais, designadamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), em conformidade com a legislação nacional e europeia aplicável. A comparticipação pública da despesa total elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

### **Organismo intermédio**

Nos termos do modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), o Instituto da Segurança Social, I.P. assume a qualidade de Organismo Intermédio (OI), nos termos do Contrato de Delegação de Competências celebrado com a Autoridade de Gestão.

## O PROJETO “CLDS-4G ATIVAR MONTEMOR”<sup>2</sup>

O projeto CLDS-4G Ativar Montemor foi promovido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e teve O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre como Entidade Coordenadora Parceira Local.

O projeto foi executado entre 01 de julho de 2020 e 30 de junho de 2023, no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Quarta Geração (CLDS-4G), criado e regulado pela Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto. Foi financiado pelo POISE – programa Operacional Inclusão Social e Emprego, sendo o Instituto de Segurança Social, I.P. o Organismo Intermédio.

O eixo de intervenção do projeto foi o Eixo 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa, tendo abrangido territórios envelhecidos e, por público-alvo, a população residente no concelho de Montemor-o-Novo.

O CLDS-4G Ativar Montemor teve por objetivo combater a exclusão social, através de uma intervenção de proximidade realizada com os diferentes parceiros locais e utilizando os recursos locais disponíveis para promover a inclusão de grupos populacionais identificados com maiores níveis de fragilidade social.

O nome CLDS-4G Ativar Montemor, atribuído a esta operação, pretendeu ser um incentivo à ação e à mobilização da população do concelho de Montemor-o-Novo, nomeadamente a idosa, envolvendo-a no seu próprio processo de envelhecimento, promoção de saúde, de vida, de bem-estar e de envelhecimento ativo e saudável.

<sup>2</sup>Texto adaptado. Em <https://www.ativar Montemor.pt/> (02-06-2023) e 2º Relatório de Monitorização Anual do CLAS

O projeto pretendeu, desta forma, promover o envelhecimento ativo, a capacidade cognitiva, a autonomia e a qualidade de vida da população idosa residente no concelho de Montemor-o-Novo, combatendo o isolamento e a solidão através de uma intervenção integrada e de proximidade.

Para a concretização dos objetivos propostos, foram programadas as atividades a executar, em Plano de Ação aprovado em sede de CLAS (Conselho Local de Ação Social), em 2019, bem como foram articuladas parcerias com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, as várias Juntas de Freguesias, Uniões de Freguesias e ARPI's (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos) do concelho, a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), assim como com meios de comunicação social, nomeadamente a Rádio Nova Antena.

As ações e atividades do projeto, promovidas em estreita articulação com as Juntas de Freguesia e as várias entidades parceiras, foram organizadas em três linhas de intervenção:

- Ação 1 – Ações socioculturais
  - Atividade 1 – Ateliers de artes e ofícios, natureza e memória
  - Atividade 2 – Capacitar Para cuidar
- Ação 2 – Ações de combate a solidão e isolamento
  - Atividade 3 – De Monte em Monte
- Ação 3 – Ações para um voluntariado vocacionado para populações envelhecidas
  - Atividade 4 – Espaço Voluntário

A equipa d'O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre que executou o projeto CLDS-4G Ativar Montemor:

- Isabel Maria Pedrosa Soares, Psicologia – Coordenadora
- Maria Mesquita, Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental – Animadora Sociocultural
- Matilde Perdigão, Serviço Social – Assistente Social
- Vanda Catarino, Reabilitação Psicomotora – Psicomotricista

## O EVENTO “CUIDAR ALENTEJO”

O evento Cuidar Alentejo surge da necessidade, identificada ao longo dos 3 anos de execução do CLDS-4G Ativar Montemor, de debater dificuldades, práticas e soluções encontradas pelas entidades que intervêm junto da população idosa do concelho de Montemor-o-Novo.

Neste evento, os protagonistas foram os profissionais, técnicos, gestores de projeto, coordenadores de respostas sociais, voluntários e outros membros da comunidade, oriundos de diferentes áreas de intervenção local e geografias do Alentejo.

O mote do encontro foi a discussão de problemáticas relacionadas com o Eixo 3 do CLDS 4G, “Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa”, no Alentejo, num debate participado e transversal sobre temáticas relacionados com a velhice: os cuidadores (formais e informais), os voluntários (preparação e ação) e as vítimas (prevenir e cuidar).

Cada tema foi debatido por todos, em torno de mesas redondas, com moderadores que orientaram os trabalhos de cada mesa e compilaram as conclusões dos trabalhos, contribuindo todos, desta forma, para a criação de linhas que possam ser orientadoras para uma ação concertada e coerente nesta matéria, no Alentejo.

O evento decorreu nos dias 19 e 20 de abril de 2023, no auditório da União de Freguesias de Vila, Bispo e Silveiras, em Montemor-o-Novo, com apoio Juntas de Freguesia de Cabrela, Cíborro e São Cristóvão, e da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Em seguida, passa-se à exposição das questões debatidas nas mesas redondas e respetivas conclusões – as linhas orientadoras ou boas práticas para uma ação concertada e coerente em matéria de envelhecimento no Alentejo.

**MONTEMOR**  
**O/NOVO**



**ATIVAR** | CLDS 4G  
**MONTEMOR**

# CUIDAR ALENTEJO

Auditório da União de Freguesias  
de Vila, Bispo e Silveiras



**19 DE ABRIL / 09h30 - 13h00**  
**CUIDADORES : DIFICULDADES E BOAS PRÁTICAS NO CUIDADO DE IDOSOS**

**19 DE ABRIL / 14h00 - 17h30**  
**VOLUNTÁRIOS : DIFICULDADES E BOAS PRÁTICAS DO VOLUNTARIADO**



**20 DE ABRIL / 09h30 - 13h00**  
**VÍTIMAS : DIFICULDADES E BOAS PRÁTICAS NO APOIO À VÍTIMA IDOSA**

**INSCRIÇÕES GRATUITAS:**  
**[www.ativarmontemor.pt](http://www.ativarmontemor.pt)**

Inscrições até dia 16/04, lotação limitada à sala

ORGANIZAÇÃO



CONTACTOS

937 298 609 (CLDS)

265 102 084 (O Sobreiro)

COFINANCIADO POR



## MESA 1 – CUIDADORES – 19 ABRIL 2023 (9h30 – 13h00)



**19 DE ABRIL / 09h30 - 13h00**  
**CUIDADORES : DIFICULDADES E BOAS PRÁTICAS NO CUIDADO DE IDOSOS**

ORGANIZAÇÃO



COFINANCIADO POR

## **Moderadores**

Fátima Santos – Enfermeira na UCC Monte Mor

Hugo Rico – Técnico Superior no Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Évora

Isabel Soares – Coordenadora do CLDS 4G Ativar Montemor

## **Participantes**

Ana Dias – UCC Monte Mor

Ana Maria Friedrich – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Ana Perdigão – O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre

Ana Ramos – Particular

Anabela Casadinho – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

Bruno Silva – Centro Social Paroquial do Cíborro

Célia Cardoso – Monte Selvagem – Reserva Animal

Claúdia Silva – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Daniela Silva – O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre

Dulce Barreiros – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

Elisabete Saiote – UCC Monte Mor

Elsa Goucha – Câmara Municipal de Alcácer do Sal - Projeto CLDS 4G Alcácer Valoriza Gerações

Isabel Carvalho – UCC Monte Mor

Maria Fátima Pinto – Retiro dos Bons Sonhos

Otília Mesquita – Câmara Municipal de Grândola

Patrícia Granito – Câmara Municipal Alcácer do Sal - Projeto CLDS 4G Alcácer Valoriza Gerações

Paula Carneiro – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Raquel Hilário – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Romana Santos – Câmara Municipal de Grândola

Rui Pedras-Alvas – Retiro dos Bons Sonhos

Sandra Martins – APPACDM Évora

Sara Aguiar – Centro Social e Paroquial Santo António de Lavre

Sara Cristeta – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

## DEBATE

O mote das três mesas redondas/grupos de trabalho criados para debate da temática “Cuidadores” centrou-se na discussão de problemáticas e boas práticas relacionadas com a promoção do envelhecimento ativo e apoio aos cuidadores – formais e informais – de idosos, fomentando um debate participado e transversal. Os grupos de trabalho constituídos reuniram intervenientes de instituições públicas e privadas com responsabilidade na intervenção direta junto do público idoso, bem como de atores relevantes da Rede Social do concelho de Montemor-o-Novo e pessoas em nome individual.

Este debate partiu de duas premissas:

1. O paradigma do Envelhecimento Ativo obriga à reflexão em torno dos modelos e práticas de funcionamento, em termos de resposta social para idosos;
2. Os cuidadores informais crescem em número absoluto e é necessário (re)criar uma resposta de suporte permanente a estas pessoas, uma primeira reflexão incidiu no que é ser “cuidador”, as características e diferenças entre cuidador “formal” e “informal”, as inerências e problemáticas associadas a cada uma destas dimensões do “cuidar”.

Foi consensual que o cuidador deve ter uma relação de proximidade e confiança com a pessoa cuidada, desconstruindo a ideia de uma abordagem meramente funcional (dar apenas resposta às necessidades básicas), em prol de uma intervenção holística centrada na pessoa cuidada. Para tal, há ainda todo um trabalho a realizar para a mudança de mentalidade, quer de cuidadores, quer da pessoa cuidada, porque, sendo uma questão cultural, o paradigma do Envelhecimento Ativo demorará certamente algum tempo a vingar.

Foram apresentadas, pelos vários profissionais, instituições e entidades presentes, várias formas de atuar e diversos tipos de procedimentos que facilitam um trabalho que é feito “no terreno” e que visa, efetivamente, a melhoria da qualidade de vida de quem cuida e de quem é cuidado. Em seguida apresentam-se as conclusões (boas práticas) mais significativas e consensuais.

## Políticas de recursos humanos

O modelo de desinstitucionalização dos idosos reforça a evidência de que será necessário, por um lado, promover a ideia do “Envelhecimento Ativo”, em que o envelhecimento é trabalhado antes do aparecimento de problemas, procurando uma abordagem inovadora na educação para o envelhecimento e, por outro, proceder à formação, acompanhamento e suporte dos cuidadores – formais e informais – cujo direito à qualificação e investimento em aprendizagens de natureza técnica, comportamental e psicológica é inalienável, de forma a cumprirem o seu papel de cuidar.

A desvalorização da formação, uma abordagem “aborrecida” das temáticas e formadores pouco “dinâmicos” são problemas que devem ser abordados numa perspetiva de transformação, considerando-se prioritária uma formação contínua, especializada e diferenciada para ambos os tipos de cuidadores, inserida numa política coerente de desenvolvimento e qualificação de recursos humanos promovida pelas/nas instituições e para/na comunidade. Referiu-se ainda que a capacitação do cuidador informal deveria tender para um “modelo ao domicílio”, por impossibilidade daqueles se deslocarem, seja por não terem meios próprios e/ou autónomos ou pela impossibilidade de deixarem a pessoa cuidada sozinha.

A falta sistémica de recursos humanos nas organizações, tanto públicas/comparticipadas, como privadas, assim como a alta rotatividade dos seus trabalhadores, são problemas graves na dimensão e à escala de cada organização. Em contexto de resposta social para idosos, o problema da desvalorização do trabalho dos cuidadores formais é estrutural, tratando-se de uma profissão de acentuado desgaste físico e emocional, com um grau de exigência redobrado face às múltiplas e cada vez mais diferenciadas necessidades da população. O facto da contratação dos profissionais ser regulada pelo Código do Trabalho, assim como por regulamentações específicas do setor, que refletem o referido Código, torna o processo demasiado oneroso para a dimensão de algumas destas organizações. Uma possível resposta passará por um sistema estrutural de incentivos à contratação de mais e melhores profissionais, pela sua formação e enquadramento na agenda do “trabalho digno” da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

Uma outra questão que surgiu foi a necessidade que profissionais, técnicos e auxiliares (cuidadores formais), aqueles que andam “no terreno”, têm de discutir casos, partilhar experiências e angústias, desabafar e falar com outros profissionais, técnicos e auxiliares, sem barreiras hierárquicas e de forma interdisciplinar. Para uma sustentabilidade das

equipas, seria interessante pensar-se na implementação de um sistema de acompanhamento dos profissionais “no terreno”, por elementos que, fazendo parte de uma equipa multidisciplinar, fossem responsáveis pela “estratégia de autorregulação” dos seus elementos e da própria equipa. Relativamente aos cuidadores informais, uma boa prática poderá ser a implementação de uma linha telefónica de apoio, para “desabafarem”.

### **Redimensionamento dos serviços**

Considerando que a esperança média de vida vem aumentando e que os cuidados a ter com os idosos devem ser, também cada vez mais, particularizados, privilegiando-se o respeito pela liberdade individual, a autonomia, a qualidade de vida e o direito à privacidade, é entendimento generalizado que, sendo aconselhável manter os idosos em casa (a desinstitucionalização), a aposta deveria incidir num redimensionamento da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), conferindo mais meios e recursos (humanos e financeiros), assim como tempo (funcionamento 24/7/365) e diversificação da oferta, contribuindo para mais e melhores serviços, de forma regular e continuada no tempo. Considera-se igualmente importante a constituição de equipas multidisciplinares neste tipo de resposta, numa lógica holística do cuidar do outro.

### **Estatuto do Cuidador Informal**

Apresentou-se o Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, como o conjunto de normas que regula os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio, e o Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro, que estabelece os termos e as condições do reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal, bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas. Nesta reflexão tornou-se evidente a necessidade de uma maior divulgação deste Estatuto, assim como da generalização do acesso ao mesmo, pela simplificação dos requisitos de acesso e do processo burocrático, de modo a tornar o apoio mais efetivo em todas as suas dimensões.

Os profissionais mostram-se preocupados com o “isolamento” dos cuidadores informais face aos recursos e serviços disponíveis para seu apoio e conforto. O normativo legal relativo aos cuidadores informais estará ainda longe de uma efetiva implementação, seja por desconhecimento, por morosidade e complexidade do processo, por incapacidade das pessoas a que se destina (pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, por exemplo).

Subsiste, ainda, o sentimento de “obrigação” entre cônjuges ou porque se trata de idosos a cuidar de idosos que impede as pessoas de procurarem alternativas. O Cantinho do Cuidador revela fragilidades, uma vez que a perceção das pessoas ainda é que “não podem” ou “não têm direito”.

### **Financiamento dos serviços**

A sustentabilidade das organizações que prestam apoio social – continuado e sustentado – a populações mais vulneráveis, como é o caso dos idosos, assim como a falta de financiamento para criação e manutenção de respostas sociais mais diversificadas e/ou mais flexíveis são problemas evidentes. As respostas sociais tipificadas não dão resposta adequada, nem resolvem uma grande parte das necessidades da população que, pelas características sociais, culturais, geográficas e dispersão habitacional, são diferentes entre territórios. A inevitabilidade das adaptações e flexibilização dos serviços decorre da observação direta dos problemas reais pelos profissionais.

O trabalho em rede, as parcerias consolidadas e sustentáveis, a articulação entre entidades públicas e privadas, assim como uma articulação com uma gestão municipal participada e horizontal – como mais um elemento da equipa multidisciplinar, dedicado a 100% – poderão ser resposta à questão do redimensionamento e flexibilização das respostas sociais. Também os corpos gestores das organizações devem considerar linhas de ação participadas, inovadoras e pró-ativas que saiam das respostas tipificadas, com a possibilidade de meios próprios de financiamento, para a melhoria dos serviços e considerando o público a que se destinam. O envolvimento dos elementos dos órgãos de gestão na resolução das problemáticas diárias e uma comunicação franca e aberta são fatores motivacionais para os trabalhadores que, pelo envolvimento de todos, podem ir além das suas tarefas e dar um contributo além da mera execução.

### **CONCLUSÕES**

Referências já existentes enquanto boas práticas e algumas propostas dos grupos de trabalho:

- Manual de Boas Práticas – Referencial do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais<sup>[1]</sup> para um trabalho que se quer articulado, participado e focado numa abordagem das características e necessidades dos territórios e das suas populações

mais vulneráveis que possibilite individualização e flexibilidade nas respostas face às necessidades;

- Descanso do Cuidador – Serviço que permita ao Cuidador Informal (CI) descansar, pela sua substituição no domicílio, ou pela possibilidade de institucionalização da pessoa cuidada por um curto período;
- Grupos de Intervenção Psicoeducativa e Grupos de Suporte – Apoio psicológico por parte de técnicos especializados e profissionais, bem como criação de grupos de autoajuda para o CI;
- Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal – Serviço municipal de apoio ao preenchimento de formulários e requerimentos de apoios sociais e de saúde;
- Cartão de Cuidador Informal – Permite ao CI ter benefícios com a redução na fatura da água, acesso a cabaz de produtos de primeira necessidade, acesso gratuito aos espaços culturais e de lazer municipais, acesso gratuito ao banco de ajudas técnicas, entre outros;
- Realização de sessões de informação e sensibilização sobre as opções, os apoios, as redes de suporte e os intervenientes;
- Realização de formação nas tarefas inerentes ao cuidar no domicílio do cuidador e da pessoa cuidada, sendo assim personalizada e adaptada às suas necessidades;
- Articulação e apoio por parte dos profissionais de saúde na gestão da alta hospitalar;
- Utilização das TIC como recurso para a eliminação das barreiras geográficas, de interioridade e ruralidade, de analfabetismo e iliteracia digital;
- Conhecer a população e as dinâmicas territoriais do ponto de vista da caracterização demográfica, da identificação dos CI e da articulação de recursos entre as instituições que procuram dar resposta a estas necessidades;
- Reformulação e redimensionamento dos modelos de resposta social para idosos, como resposta a um novo paradigma de envelhecimento ativo, procurando uma melhor caracterização da população para definir as soluções mais adequadas (e não o contrário);

<sup>1</sup>Texto adaptado.

Em <https://movimentocuidadoresinformais.pt/wp-content/uploads/2023/04/Manual-RACCI.pdf>  
(12-06-2023)

- Procurar o envolvimento e responsabilização dos familiares na procura de soluções;
- Promover o envolvimento da comunidade na rede de cuidados;
- Promover um “Provedor do Cuidador” – Entidade ou pessoa de contacto (profissional) que proporcione um apoio 24/7/365;
- Estatuto do Maior Acompanhado – Promover a criação de um referencial que estipule as formas de interação com a pessoa cuidada e o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) cuidador(es)/a(s);
- Trabalhar na proximidade do Instituto de Segurança Social, I.P. ao trabalho no terreno;
- Criar a Comissão de Proteção do Idoso e do Cuidador – Rede nacional de proteção do idoso e do seu cuidador, à semelhança das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Relativamente ao Cuidador Informal:
  - criar uma rede de recursos e suporte real e atempado centrada nas freguesias (e não nas cidades) que inclua vários parceiros;
  - conhecer as necessidades reais e particulares de cada cuidador;
  - capacitar os cuidadores para a sua nobre função de cuidar e para a utilização das TIC;
  - criar uma resposta voluntária a partir da comunidade, com suporte de uma entidade de referência;
  - criar um banco de ajudas técnicas a funcionar para os cuidadores informais;
  - criar uma linha telefónica específica para utentes e cuidadores estarem mais acompanhados;
  - promover formas de apoio aos idosos em horários não úteis (24/7/365);
  - adaptar a situação à pessoa cuidada, ao/à seu/sua cuidador/a e à sua casa para prolongar o tempo de permanência em casa (em alternativa a uma institucionalização precoce);
  - promover a saúde e higiene no trabalho dos cuidadores (em contexto doméstico);
  - monitorizar e avaliar as práticas dos cuidadores informais;
- Relativamente ao Cuidador Formal:

- promover programas de formação em contexto de resposta social para idosos;
- promover o reconhecimento de carreira e o aumento de remuneração;
- sensibilizar para a utilização de ajudas técnicas como forma de promover a saúde e higiene no trabalho;
- sensibilizar as entidades e instituições para a questão da saúde ocupacional, no sentido de preparar o corpo para o trabalho físico e a mente para o esforço requerido;
- promover a participação dos/as trabalhadores/as na elaboração das escalas de trabalho no sentido de satisfazer as suas necessidades de conciliação profissional, familiar e pessoal;
- criar uma rede de parcerias e protocolos especificamente dirigidos a estes cuidadores;
- promover estratégias motivacionais institucionais, como sejam ter uma sala de descanso dos trabalhadores, com jogos, atividades e preparada para momentos de lazer, dar o dia de aniversário, ouvir as suas necessidades.

## MESA 2 – VOLUNTÁRIOS – 19 ABRIL 2023 (14h00 – 17h30)



### Moderadores

Henrique Sim Sim – Em representação da Confederação Portuguesa para o Voluntariado

Maria Fonseca – Voluntária do CLDS 4G Ativar Montemor

Susana Godinho – Pista Mágica, Voluntariado & Inovação

### Participantes

Ana Rita Silva – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

Beatriz Bilro – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

Célia Cardoso – Monte Selvagem – Reserva Animal

Cláudia Borges – InovarAutismo

Cláudia Silva – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Elsa Goucha – Câmara Municipal Alcácer do Sal - Projeto CLDS 4G Alcácer Valoriza Gerações

Otília Mesquita – Câmara Municipal de Grândola

Patrícia Granito – Câmara Municipal Alcácer do Sal projeto CLDS 4G Alcácer Valoriza Gerações

Paula Carneiro – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Raquel Hilário – ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Romana Santos – Câmara Municipal de Grândola

Rui Pedras-Alvas – Retiro dos Bons Sonhos

Sandra Martins – APPACDM Évora

Sara Aguiar – Centro Social e Paroquial Santo António de Lavre

### DEBATE

O mote das duas mesas redondas/grupos de trabalho criados para debate da temática “Voluntários”, incidiu na questão da participação cívica e promoção do voluntariado junto de idosos, fomentando um debate participado e transversal que reuniu intervenientes de

instituições públicas e privadas com responsabilidade na intervenção direta junto do público idoso, bem como de atores relevantes da Rede Social do Concelho de Montemor. As entidades e pessoas individuais que se reuniram em torno desta mesa são promotoras de voluntariado, seja integrado em programas organizacionais do setor não lucrativo ou promovidos por entidades públicas, seja em projetos com financiamento público que requerem a participação da comunidade por via do voluntariado.

### **Porquê o voluntariado?**

As entidades participantes concordam que o voluntariado é uma ferramenta de desenvolvimento pessoal (individual e das populações) e comunitário (dos territórios), mas que surge ainda apenas como “reforço” de um número claramente insuficiente de recursos humanos remunerados nas entidades e organizações, sem estrutura para proporcionar uma resposta integral e totalmente adequada às necessidades das populações e à desejada promoção da qualidade de vida destas, especificamente no que respeita ao novo paradigma do envelhecimento ativo. O voluntariado, entendido como instrumento de facilitação de bem-estar e de promoção de um real envelhecimento ativo, é ainda pouco significativo como prática organizacional, utilizado de forma moderada, pouco promovido e disseminado neste tão vasto quinhão do território nacional. O voluntariado poderia, para organizações e entidades, funcionar como um “bem essencial” que complementa o trabalho técnico e profissional especializado (aquele que é remunerado), sem nunca o substituir. Para as pessoas voluntárias, o trabalho voluntário poderia funcionar como um “projeto” ou “prática” de vida”. Um voluntariado embutido nas políticas públicas possibilitaria que entidades e organizações o entendessem como estrutural e sistémico, acrescentando valor a pessoas e comunidades, potenciando um enriquecimento para todos os que dele beneficiam, sendo útil e de valor acrescentado quando potenciador do envelhecimento ativo participado e sistémico. As entidades participantes concordam, ainda, que o voluntariado voltou a marcar presença em muitas freguesias do concelho de Montemor-o-Novo depois da pandemia.

### **Como motivar os jovens, e a população em geral, para a prática do voluntariado?**

O “olhar em volta” – para a comunidade, as suas carências, necessidades ou vulnerabilidades – deveria ser um movimento contínuo e intrínseco à própria comunidade, a partir de uma educação sistémica para a cidadania e participação (também

pelo voluntariado), como valor societal primário, incentivado na família e na escola. Para que este “olhar em volta” possa dar frutos – resolver situações com o apoio do voluntariado – as organizações e entidades devem estar preparadas para receber pessoas voluntárias de forma estruturada, que se fundamenta na perceção da sua importância e valor para todos, seja a nível individual, a nível organizacional e ao nível do impacto humano e social provocado. Pode dizer-se que a população, e os jovens em particular, se sentem motivados para a prática de um voluntariado onde há um “encontro de vontades” (as deles e as das organizações/entidades), em projetos com os quais se identificam, onde percebem a “causa” e se sentem “em casa”. Não sendo preciso desenhar projetos específicos, é preciso, sim, identificar de forma clara as necessidades das organizações e entidades (e, com isto, as das pessoas a que estas respondem) e procurar outras pessoas que queiram (e possam) ajudar a resolvê-las. Um voluntariado consistente e coerente não significa que tenha de ser continuado no tempo, mas, sim, que responda inequivocamente às necessidades existentes, com flexibilidade ou maleabilidade das partes envolvidas. É essencial, hoje ainda, clarificar a diferença entre “estágio” e “voluntariado”, sendo que o primeiro tem um horário de trabalho completo e serve o propósito de aprendizagem e o segundo tem um horário de trabalho parcial, funcionando como complemento qualitativo às funções remuneradas, sem nunca as substituir. O apoio dos voluntários pode servir para que se façam atividades que os profissionais e técnicos não têm tempo para fazer e que traz valor acrescido aos serviços prestados pelas organizações e entidades aos beneficiários. Se estas souberem do que precisam, será mais fácil encontrarem pessoas que queiram ajudar.

### **Procedimentos essenciais ao voluntariado**

O voluntariado deve ser reconhecido como uma necessidade da organização – porque daqueles que ela serve – que está alinhado aos valores institucionais e que concorre, de forma inequívoca, para a concretização da sua missão. Será, pois, preciso capacitar as organizações e entidades para a gestão de um voluntariado que ser quer eficaz, com recursos dedicados que façam o planeamento do programa de voluntariado institucional, que preparem todos os recursos – incluindo os humanos – para o que foi planeado, e que trabalhem visando a captação e manutenção de voluntários. O reconhecimento do valor social e humano do voluntariado e a identificação regular das necessidades de voluntariado (junto dos profissionais e técnicos, das pessoas voluntárias, dos próprios

beneficiários e/ou suas famílias, assim como das direções, corpos sociais e administrações das organizações ou entidades), surgem nesta reflexão como elementos facilitadores da integração e envolvimento/compromisso dos voluntários. Desta forma, não apenas existirá um “rumo”, como uma “vontade” partilhada por todos dentro da estrutura que permitirá responder de forma concertada e, espera-se, eficaz às necessidades existentes. Um outro elemento considerado fundamental, a par da capacitação das organizações e entidades, será a preparação dos voluntários para integrarem os projetos, programas ou estruturas, seja para “serem voluntários”, seja para o trabalho e funções a realizar.

### **Voluntariado para seniores**

Na questão do voluntariado direcionado a idosos, há que atender especificamente à relação de confiança tripartida que deve existir entre a entidade promotora, o seu público-alvo e os seus voluntários. O trabalho “no terreno” faz transparecer duas grandes dificuldades nesta área: por um lado, identificam-se, na população idosa e no território em causa, mais necessidades do que aquelas a que é possível dar resposta institucional, estando os profissionais e técnicos de tal forma assoberbados que a integração de voluntários nos projetos, programas ou estruturas é desconsiderada; e, por outro, mesmo sendo o voluntariado apontado como uma das componentes para a solução deste problema, existe uma grande dificuldade no seu recrutamento porque, não apenas a população está, em si, envelhecida e constitui, em grande parte, o próprio público-alvo, como, em lugares e povoações de menor dimensão, o sentimento de entreatajuda pode estar “minado” ou, à partida, fortemente condicionado, pelo facto de todos se conhecerem.

### **CONCLUSÕES**

- O voluntariado é essencial.
- O voluntariado é estar atento à comunidade e entregar-se a uma causa.
- Fazer voluntariado desenvolve a capacidade de participação e envolvimento ativo na comunidade, promovendo relações de proximidade.
- O voluntariado deve ser pensado, planeado e coordenado como constituinte dum projeto, programa ou estrutura.
- O voluntariado não substitui o trabalho técnico, apenas complementa.

- Promover a criação ou a reativação dos Bancos Locais de Voluntariado (agora sob tutela da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), com técnicos dedicados a tempo inteiro.
- Fazer um acompanhamento mais próximo às organizações promotoras de voluntariado:
  - procurar visitar os locais de voluntariado
  - criar a figura de “técnico de referência” para acompanhamento
- Formar os recursos humanos nas organizações e entidades para integrarem, motivarem e gerirem voluntários eficazmente.
- Formar as pessoas voluntárias para o exercício de um voluntariado consciente, responsável e eficaz, pela mobilização ou criação de competências para tal.
- Valorizar a função do Coordenador de Voluntariado nas organizações e entidades promotoras de voluntariado.
- Promover a figura do “voluntário de referência” ou de “voluntários conselheiros” como aqueles que apoiam e promovem a melhor integração de novos voluntários.
- Promover um acompanhamento das organizações e entidades (direções, corpos sociais e administrações), das equipas técnicas multidisciplinares, dos técnicos e profissionais especializados, das pessoas voluntárias e das pessoas beneficiárias.
- Promover a “supervisão técnica” dos técnicos e/ou profissionais que gerem voluntariado nas organizações e entidades ou criar uma rede de suporte e “supervisão técnica” às entidades promotoras de voluntariado.
- Promover um voluntariado ao domicílio estruturado por unidades de área de voluntariado, freguesia e/ou concelho, nos territórios de baixa densidade populacional.
- Promover a criação de “equipas de voluntários” que trabalhem a partir de uma, ou mais, organização/entidade de referência e por beneficiário ou tipos de beneficiários.
- Promover esta ideia de “equipas de voluntários” como equipas partilhadas entre projetos, programas ou organizações e entidades, ou em regime de “intercâmbio”.
- Relativamente ao incentivo da população e dos jovens para o voluntariado:
  - promover a sensibilização nas escolas, desenvolver atividades na/para a comunidade e promover experiências (curtas) de voluntariado;

- promover a capacitação sobre voluntariado no ensino básico e secundário (instigar o Conselho Municipal de Educação a que se integre o voluntariado como tema nas disciplinas escolares em todos os graus de ensino);
- promover e valorizar/reconhecer a mobilização ou desenvolvimento de competências através do voluntariado.
- Procurar apoios, recursos e parcerias na comunidade.
- Apoiar organizações com voluntariado informal para que se possam estruturar.
- Procurar e promover comunidades de prática nos diferentes territórios.
- Promover e apoiar o conhecimento científico sobre voluntariado e estratégias de implementação através do envolvimento da Academia (ou outras entidades) em mais estudos, investigação ou investigação-ação sobre voluntariado.
- Fazer a avaliação do voluntariado para tornar visível o impacte:
  - monitorizar o trabalho voluntário para perceber o retorno institucional e o impacto social
  - divulgar o impacte institucional e social do projeto ou programa de voluntariado
  - criar instrumentos de recolha de dados para demonstração desta importância
- Reconhecer e valorizar o trabalho voluntário como parte de um todo maior.

### MESA 3 – VÍTIMAS – 20 ABRIL 2023 (9h30 – 13h00)



20 DE ABRIL / 09h30 - 13h00  
**VÍTIMAS : DIFICULDADES E BOAS PRÁTICAS NO APOIO À VÍTIMA IDOSA**

#### Moderadores

Carla Capela – Assistente Social na UCC Monte Mor

Francisco Carola – Cabo na GNR

Helena Zagalo – Representante da DECO – Delegação do Alentejo

Rita Martinho – Representante da APAV Alto Alentejo

#### Participantes

Alexandra Gonçalves – Terras Dentro ADL

Ana Maria Friedrich – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Célia Cardoso – Monte Selvagem – Reserva Animal

Maria Fátima Pinto – Retiro dos Bons Sonhos

Maria Fonseca – CLDS 4G Ativar Montemor

Rui Pedras-Alvas – Retiro dos Bons Sonhos

Silvia Santos – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

## DEBATE

O mote da mesa redonda/grupo de trabalho criado para debate da temática “Vítimas”, incidiu na discussão de problemáticas e boas práticas relacionadas com o apoio à vítima idosa, fomentando um debate participado e transversal que reuniu intervenientes de instituições públicas e privadas com responsabilidade na intervenção direta junto do público idoso, bem como de atores relevantes da Rede Social do Concelho de Montemor-o-Novo

## Desafios

O debate desta temática começou pela apresentação dos maiores desafios que os profissionais e técnicos que andam “no terreno” percebem relativamente às vulnerabilidades dos idosos, e são várias as razões de fragilidade nas faixas etárias mais avançadas.

## Isolamento

Uma das maiores vulnerabilidades dos idosos que habitam este território é o seu isolamento, geográfico e social. Muitas pessoas (idosas) vivem em freguesias rurais, por vezes em povoações bastante isoladas, ou em locais (montes) afastados das populações mais próximas, e ainda mais distantes das cidades, onde estão concentrados os serviços públicos, nomeadamente os da Saúde. As respostas sociais disponíveis não conseguem abranger a dispersão geográfica que se verifica no território, ficando aquém do desejável. Andar “no terreno”, para os profissionais que estão comprometidos em dar respostas a esta população envelhecida e dispersa, significa prestar serviços que dão uma resposta a algumas necessidades de alimentação, higiene, saúde, autonomia, etc. (nalgumas alturas do ano, para o conseguirem fazer, andam por caminhos intransitáveis), mas que poderá não ser integral, adequada e digna. Significa também que existe um sub dimensionamento dos recursos humanos e de transporte (uma equipa de Serviço de Apoio Domiciliário de duas pessoas dá cobertura a uma área dimensionada para seis pessoas) ou que é preciso percorrer grandes distâncias para “não deixar ninguém para trás”, com grandes custos temporais e pessoais.

## Violência

Temos, também, várias problemáticas associadas a violência, sobretudo doméstica e filio-parental, com origem, possivelmente, no próprio isolamento, acrescido da falta de meios financeiros ou de locomoção próprios e a falta de autonomia entre casal e como casal. O isolamento geográfico, a monotonia da relação, o distanciamento social e também a questão do cuidador – muitas são as situações em que o isolamento dita que haja idosos a cuidar de idosos, sem qualquer vontade ou preparação para tal – surgem como fatores acionadores de violência e maus tratos físicos e/ou verbais intracasal, mútuos ou apenas numa direção, muitas vezes sem denúncia.

## Relações filio-parentais

Temos, igualmente, razões associadas aos filhos que, com trabalho e autonomia tardios, acrescem custos à família até muito tarde, ou pais fiadores que se vêm obrigados a suprir despesas dos filhos (nomeadamente pagamento de créditos ou penhoras), o que pode levar a uma gestão orçamental familiar difícil. Aqui, levantou-se uma outra questão, associada a um cenário pós-pandémico, de crise financeira, onde há um retorno dos filhos a casa dos pais por dificuldade de autosustento, instalando-se uma “crise familiar interna” num contexto de nova dependência filio-parental, associando fragilidades humanas de ambas as partes: os pais porque ficam sobrecarregados com custos imprevistos, os filhos porque estão em situação de dependência. Quando as reformas são “magras”, as despesas (nomeadamente com medicamentos) são já incomportáveis e o agregado familiar aumenta, o cenário é propício ao surgimento de tensão e violência filio-parental, com maus tratos físicos ou verbais de filhos para pais.

## Informação e literacia

Uma outra fonte de vulnerabilidade nos idosos é a falta de informação e a iliteracia, associadas a uma forte incapacidade de dizer “não”. O desconhecimento, por exemplo, das estratégias de “venda agressiva”, porta-a-porta, em que os comerciais das marcas (eletrodomésticos, telecomunicações, energia, aparelhos e equipamentos para idosos, etc.) criam uma “relação de (falsa) confiança” com os idosos, facilita as burlas. A falta de acesso a informação útil e a falta de capacidade de processamento da mesma, faz com que a demora seja longa na procura de respostas e/ou deixa os idosos sem apoios sociais, ou de saúde, adequados durante um tempo alongado. Acresce a isto a incapacidade,

impossibilidade ou indisposição para se deslocarem para assistirem a ações de esclarecimento sobre diversas matérias de interesse. Os profissionais sublinham que a fragilidade dos laços familiares, as fragilidades dos núcleos familiares dos filhos ou a deslocação destes para outras zonas do país, desresponsabiliza-os e prejudica a comunicação familiar, sendo frequente manifesto o receio (e, muitas vezes, vergonha) dos pais idosos pedirem ajuda aos filhos.

### **Esperança média de vida**

O aumento da esperança média de vida faz aumentar a dificuldade em dar resposta adequada e digna às necessidades dos idosos, por mais que as organizações e entidades procurem soluções de financiamento para dar cobertura à população envelhecida do território. Uma problemática associada a esta, é o surgimento de novas dependências nos idosos, não apenas comportamentais (álcool, raspadinhas e redes sociais), mas também do foro da saúde mental (doenças neurodegenerativas), havendo poucas entidades e/ou recursos humanos especializados nestas matérias (rede especializada de cuidados continuados em psiquiatria), no território em causa. Quando a pessoa idosa tem alguma demência poderá haver violência para com ou do parceiro. É notória, e todos os profissionais deste grupo de trabalho concordam, a demora na resolução dos problemas sociais dos idosos e a falta de capacidade de resposta imediata e/ou célere por parte das entidades públicas e privadas e das organizações da sociedade civil. O trabalho em rede continua a ser mencionado como “demasiado importante” para acelerar a resposta de apoio social aos idosos, qualquer que seja a sua dimensão.

### **A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo**

A autarquia esteve representada nesta mesa de trabalho, a diferentes níveis, e sente de perto e partilha das angústias expostas pelos profissionais e técnicos das organizações e entidades participantes. Decisores e técnicos estão cientes de que a autarquia tem responsabilidade acrescida nesta matéria, sobretudo num território envelhecido e disperso, mas considera que já dispõe de algumas respostas para a população idosa e/ou isolada. São exemplo disso, o Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), o apoio financeiro prestados às Instituições de Solidariedade Social através do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – RAMA, a Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa Integrado

de Apoio Social Mor Solidário, o projeto piloto da Prescrição Cultural em parceria com a CIMAC e a ARS, entre muitas outras iniciativas que visam o acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A autarquia tem igualmente noção da necessidade de alargar e diversificar a rede de suporte (domiciliária ou não) a idosos, a vários níveis, bem como de fazer pressão para que aumentem e diversifiquem os subsídios e apoios sociais para esta faixa etária.

O Município irá candidatar-se ao projeto-piloto “*Radar Social*”; um projeto que contempla duas fases distintas de intervenção: *a)* elaboração do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e o plano de ação e *b)* a georreferenciação social dos territórios e a execução do plano de ação.

### A DECO Alentejo<sup>3</sup>

A DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor é uma associação privada de utilidade pública sem fins lucrativos que está representada no território nacional por 7 estruturas regionais: Minho, Norte, Centro, Ribatejo e Oeste, Alentejo, Algarve e Madeira. A DECO foi fundada com o propósito de prestar informação e apoio jurídico sobre questões relacionadas com o consumo, assim como aconselhamento financeiro a consumidores em situação de especial vulnerabilidade económica ou de sobre-endividamento. Neste âmbito, a estrutura do Alentejo dispõe de vários serviços de apoio ao consumidor, alguns deles especificamente direcionados a idosos, em zonas rurais, muitas vezes em parceria com as Juntas ou Uniões de Freguesia e as Forças de Segurança Pública com jurisdição nos territórios em causa. Estes serviços pretendem apoiar diretamente na pesquisa de informação, no tratamento de processos burocráticos, no requerimento de apoios sociais (e outros) ou subsídios, na denúncia de situações fraudulentas ou irregulares, no tratamento de contratações de serviços como habitação, energia, telecomunicações, etc., bem como em todo o tipo de mediação de conflitos em matéria de consumo. Também há lugar a sessões de esclarecimentos sobre temáticas diversas, seja em locais centrais ou remotos, ou para diferentes públicos-alvo.

<sup>3</sup>Texto adaptado. Em <https://deco.pt/missao-valores-e-acao/> (22-06-2023)

## A APAV Alto Alentejo Oeste<sup>4</sup>

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva de utilidade pública, que tem por missão “Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.”. É uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Instituição de âmbito nacional, funciona através de Redes e Unidades de Apoio Especializado, bem como de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) que prestam serviços de apoio aos cidadãos vítimas de crime e suas famílias nas suas comunidades, nomeadamente a do Alto Alentejo Oeste. Este GAV dá resposta a oito municípios do Alto Alentejo e, entre outras coisas, faz atendimento pessoal, encaminhamento de processos provenientes da Saúde e das Forças Segurança para respostas sociais existentes, denúncias ao Ministério Público e trabalha a dimensão da prevenção da violência sob todas as suas formas através de ações de sensibilização para públicos-alvo diversos.

## CONCLUSÕES

- Criação de Comissões de Proteção de Idosos ao nível municipal (CLAS), à semelhança do que Braga ou Serpa já fizeram, iniciativas que se inserem nos exemplos de boas práticas na área do envelhecimento da EIP on AHA – European Innovation Partnership for Active and Healthy Aging da União Europeia<sup>5</sup>.
- Criação de Estrutura Nacional de Proteção da Pessoa Idosa para definir orientações e práticas, à semelhança da Comissão Nacional de Promoção do Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
- Financiamentos contínuos para projetos direcionados à população idosa, para uma implementação prolongada.
- Formulação de projetos municipais que promovam o envelhecimento ativo e a prevenção da violência sob todas as suas formas.

<sup>4</sup>Texto adaptado. Em [https://apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/](https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/) (22-06-2023)

<sup>5</sup>Em <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/eip-aha> (23-06-2023)

- Formulação de respostas adequadas e dignas para idosos, não tipificadas, que partam de um conhecimento empírico dos profissionais e técnicos da Saúde, das Forças de Segurança Pública e dos vários serviços de apoio a idosos que estabelecem a necessária relação de confiança e proximidade com o seu público-alvo.
- Articulação entre a Saúde, as Forças de Segurança Pública e entidades e organizações no trabalho de sensibilização e prevenção, com uma comunicação alinhada e coerente, não sobreposta ou redundante.
- Promoção de canais diretos para queixas e denúncias de situações de suspeita ou de efetiva violência (sob todas as suas formas), sem que seja necessária a deslocação física/presencial a um qualquer serviço.
- Promoção de uma participação às pessoas (idosas) e não às instituições, para que sejam aquelas a exercer a sua possibilidade de escolha em liberdade e com dignidade, os serviços que querem contratar ou equipamentos que querem frequentar (públicos ou privados).
- Ampliação dos critérios para acesso à participação nas despesas de deslocação para centro ou unidade de saúde ou hospital (central) para atos médicos.
- Para manutenção dos idosos no próprio domicílio:
  - Promoção de uma oferta mais diversificada e maior financiamento para serviços de tipo SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, formação de mais profissionais dedicados e com maior especialização, valorização e reconhecimento da carreira destes profissionais.
  - Criação de rede de apoio mais alargada e funcional para todos, sobretudo aqueles que estão em situação de carência económica.
  - Criação de mais e melhores apoios para a mobilização familiar de apoio aos idosos.
  - Formação do cuidador informal e promoção do “Cantinho do Cuidador”.
  - Promoção de mais e melhor compensação ao cuidador informal.
  - Promoção de serviços de apoio ao cuidador, e à pessoa cuidada, em regime de resposta social, num horário completo de 8h/dia + 8h/noite.
  - Criação de “Centro de Noite” para pernoita de idosos com o intuito de reduzir o isolamento noturno e promover o descanso do cuidador.

- Melhor seleção, direcionamento e circulação de informação sobre os apoios e serviços disponíveis para idosos, sendo ideal que os técnicos e profissionais se desloquem até à população idosa, uma vez que podem existir inúmeros constrangimentos para a deslocação ou acesso à informação desta última.

## FICHA TÉCNICA

Título: Guia de Boas Práticas – Cuidar Alentejo | CLDS-4G Ativar Montemor

Autores: Todos/as os/as moderadores, profissionais, técnicos/as e voluntários que participaram no evento Cuidar Alentejo, nos dias 19 e 20 de abril de 2023

Redação: Susana Godinho, Consultora para Organizações Sem Fins Lucrativos

Revisão do texto: Isabel Soares, Coordenadora Técnica do CLDS 4G Ativar Montemor

Design e Paginação: Circunforce Unipessoal LDA.

Edição: O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre

Data de publicação: 2024-11-11

© Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, sob qualquer forma, dos textos contidos nesta publicação carece de aprovação prévia expressa da entidade detentora dos direitos de autor, O Sobreiro – Associação de Proteção Social à População de Cortiçadas de Lavre.

# CUIDAR ALENTEJO



### ORGANIZAÇÃO



**O SOBREIRO**  
Associação de Proteção  
Social à População de  
Cortiçadas de Lavre